

Com as mudanças aplicadas pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, salientamos a necessidade de anexar à plataforma da AMM Licita (www.ammlicita.org.br) a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO ATO DE CADASTRAMENTO DA PROPOSTA, ou seja, juntos, antes da data e horário da abertura da sessão pública.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 338/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024
MENOR PREÇO POR ITEM

REGIDO PELA LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR nº 123/06 E DECRETO MUNICIPAL Nº 5051/2023, e SUBSIDIARIAMENTE O DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO FUTURO E PARCELADO DE TUBOS E CONEXÕES, DESTINADOS A NECESSIDADE DO SAAE.

INTERESSADO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 30/10/2024

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 07:59 HORAS DE 30/10/2024

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:00 HORAS

REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES AMM LICITA – www.ammlicita.org.br

PORTARIA Nº 025/2024: Pregoeiro Oficial.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela plataforma de licitações – www.ammlicita.org.br > edital nº 53/2024 > esclarecimentos.

Telefones: (35) 3851-0550 / 0559 E-mail: licitacao@saae.boaesperanca.mg.gov.br

Horário de funcionamento: 07hs às 11hs e 13hs às 17hs.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
CNPJ – 18.781.070/0001-90 Insc. Est. Isento
Autarquia Municipal telefax: (35) 3851-0550
Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada - Boa Esperança – MG

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 338/2024 **PREGÃO ELETRÔNICO N° 53/2024** **MENOR PREÇO POR ITEM**

1 – PREÂMBULO

REQUERENTE:

1.1. O SAAE de Boa Esperança/MG por intermédio da Seção de Compras e Licitações, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações AMM Licita** (www.ammlicita.org.br) a qual, conforme especificado no Termo de referência (documento complementar) deste edital.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Sra.(a) Tatiane Fagundes Naves Lamaita Vinhas, Pregoeira oficial, designada pela Portaria n° 25/2024, e pela Equipe de Apoio, integrada por: Marina Rodrigues Rios e Gabriela Amaral Souza, designados através da Portaria n° 25/2024, anexado aos autos do procedimento e regido pelas **Leis n° 14.133/21, Lei Complementar n° 123/06, Decreto Municipal n° 5051/2023** e, subsidiariamente pelo **Decreto Federal n° 10.024/2019**, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3 - O Edital e seus documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site do SAAE de Boa Esperança/MG, através do endereço eletrônico www.saae.boaesperanca.mg.gov.br/licitacoes, na Plataforma de Licitações AMM Licita, através do endereço eletrônico www.ammlicita.org.br e também no prédio sede do SAAE, localizado na Rua Galena, 239, bairro Jardim Alvorada – Boa Esperança/MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico www.ammlicita.org.br, bem como no site do SAAE www.saae.boaesperanca.mg.gov.br.

1.5 - A Administração não se responsabilizará caso o pretendo licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO FUTURO E PARCELADO DE TUBOS E CONEXÕES, DESTINADOS A NECESSIDADE DO SAAE.**

3. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços e obras objeto do contrato oriundo desta licitação onerarão a dotação orçamentária nº 17.512.0101.6004.3.3.90.30.00, 17.512.0101.6005.3.3.90.30.00 do orçamento vigente, observado se for o caso, o princípio da anualidade.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

4.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no **Plataforma de Licitações AMM Licita** (www.ammlicita.org.br).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **Plataforma de Licitações AMM Licita** (www.ammlicita.org.br) até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade da Autarquia por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Não poderão disputar esta licitação:

4.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.5.5. Agente público, seja a que título for, direta ou indiretamente, da Prefeitura Municipal ou desta Autarquia SAAE.

4.5.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.6.1. Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. No ato do cadastramento da proposta na plataforma, o licitante deverá anexar a documentação referente à Habilitação, a qual permanecerá de maneira sigilosa. Somente após a fase de disputa de lance e definição do vencedor, o pregoeiro terá acesso a documentação de habilitação para conferência, que será exigida apenas do licitante vencedor.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

5.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 5.7.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.7.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.7.3.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.7.4.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, considerando o critério de julgamento por menor preço;
- 5.7.5.** O valor final mínimo parametrizado, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão licitante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.8.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.9.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor total do item;
- 6.1.2. Descrição do objeto;
- 6.1.3. Marca
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos momentos em que o sigilo seja essencial ao procedimento.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do objeto.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (Um centavo)**;

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.11. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (Dez) Minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.13.2. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a comissão de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.18.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Autarquia.
- 7.18.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.18.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.19.** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, em **2 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, podendo este prazo ser prorrogado por decisão do mesmo, auxiliado pela equipe de apoio.
- 7.20.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.1.1.** Contiver vício insanável;
- 8.1.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no ANEXO I;
- 8.1.3.** Apresentar preços inexequíveis, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;
- 8.1.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.1.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 8.2.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 8.3.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro e equipe de apoio verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
- 8.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 8.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5 Caso atendidas os critérios de julgamento acima, será iniciado o procedimento de habilitação.

9. DA FASE HABILITAÇÃO

9.1. Prova de HABILITAÇÃO JURÍDICA, por meio dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de *empresa individual*;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, e alterações subsequentes, em se tratando de *sociedades comerciais* e, no caso de *sociedades por ações*, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b.1) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de *sociedades civis*, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- b.2) Arquivamento na Junta Comercial da publicação oficial das Atas de Assembleias Gerais, que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, no caso de *sociedades por ações*, bem como Ata da Assembleia da última eleição de Diretoria;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de *empresa ou sociedade estrangeira* em funcionamento no País, e ato de registro expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2. Prova de REGULARIDADE FISCAL, por meio dos seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- b) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), com prazo de validade em vigor, sendo aceito documento extraído via INTERNET.
- c) Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).
- d) Regularidade para com a **Fazenda Nacional** e situação de regularidade perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que deverão ser comprovadas mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social (**CND**).
- e) Regularidade para com a Fazenda **Estadual e Municipal** da sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e quanto aos tributos relacionados com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de **certidão expedida pelo órgão competente**, que terá validade por 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição, se outro prazo não estiver assinalado por Lei ou no próprio documento.

9.2.1. Poderão ser aceitas certidões positivas com efeito de negativas ou cujos débitos estejam judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa por decisão judicial.

9.3. Prova de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA, por meio dos seguintes documentos:

9.3.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

9.4. Prova de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, por meio dos seguintes documentos:

9.4.1. Um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

9.5. Os documentos deverão estar com sua validade em vigor na data da abertura da sessão.

9.6. Toda e qualquer declaração emitida pela empresa deverá estar em papel timbrado da licitante, sendo a mesma datada e assinada por seu(s) representante(s) legal(is), devidamente qualificado(s).

9.7. Os documentos cujo prazo de validade não esteja especificado neste Edital ou em lei, terão validade de 90 (Noventa) dias da data de sua expedição.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.9. Após a entrega dos documentos de habilitação, a pregoeira poderá solicitar a inclusão de documentação faltante, que deverá ser anexada na plataforma no prazo de até 1 (uma) hora. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro e equipe de apoio examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

10. DO RECURSO

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 10.2.** A intenção de recorrer deverá ser **manifestada** no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, **exclusivamente por meio eletrônico**, em campo próprio do sistema;
- 10.3.** A falta de manifestação da (s) licitante (s) no prazo estabelecido acarretará a decadência do direito de recurso.
- 10.4.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação,
- 10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6.** Os demais licitantes, se desejarem, poderão apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da divulgação da interposição do recurso.
- 10.7.** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.
- 10.8.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 10.9.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.10.** Os recursos interpostos fora do prazo ou do campo próprio do sistema não serão conhecidos.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), pela autoridade superior, que em seguida homologará o processo licitatório.
- 11.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DO CONTRATO / ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato e/ou Ata de Registro de Preços.
- 12.2.** O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou a ata de registro de preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.2.1.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Autarquia.
- 12.3.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 12.3.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital.
- 12.4.** Quando convocada a subscrever o contrato, a adjudicatária deverá apresentar:
- 12.5.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato/ata de registro de preços ou receber a nota

de empenho, a Autarquia, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

13. PENALIDADES

13.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Autarquia.

13.3. Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho ou assinar o termo de contrato, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Autarquia, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Autarquia;

13.3.1. Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

13.4. À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 14.3 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

13.5. As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

13.6. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

13.7. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Autarquia, e protocolizado nos dias úteis, das 08:00 as 10:00 das 14h00min as 16h00min ou por meio eletrônico através do e-mail licitacao@saae.boaesperanca.mg.gov.br

13.7.1. Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

13.8. Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.9. São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos ou informações** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida à comissão de contratação, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, através da plataforma www.ammlicita.org.br.
- 14.2.** Os esclarecimentos e as **informações** serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.
- 14.3.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio da plataforma www.ammlicita.org.br.
- 14.4.** Caberá ao Pregoeiro e a equipe de apoio manifestar-se motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.5.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.
- 14.6.** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.
- 14.7.** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.
- 14.8.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.9.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeiro e equipe de apoio, nos autos do processo de licitação.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1.** Da sessão pública divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 15.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 15.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

15.8. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

15.9. A licitante vencedora deverá comunicar à Autarquia toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.10. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

15.11. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.12. O Pregoeiro e equipe de apoio poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

15.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.14. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro e equipe de apoio

15.15. Ouvidas, se for o caso, as unidades competentes.

15.16. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

15.17. A participação neste certame implica na aceitação integral e irrevogável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

15.18. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto do contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.

15.19. As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é **exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.**

15.20. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

15.21. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ – 18.781.070/0001-90 Insc. Est. Isento

Autarquia Municipal telefax: (35) 3851-0550

Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada - Boa Esperança – MG

15.22. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

15.23. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal www.ammlicita.org.br, bem como no site do SAAE www.saae.boaesperanca.mg.gov.br

15.24. Fica desde logo eleito o Foro da Comarca de Boa Esperança MG - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

15.25. Faz parte deste Edital os seguintes anexos:

I.TERMO DE REFERÊNCIA;

II.MINUTA DA ATA;

Boa Esperança, 11 de outubro de 2024

William Carvalho Oliveira

Diretor Superintendente



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
CNPJ – 18.781.070/0001-90 Insc. Est. Isento
Autarquia Municipal telefax: (35) 3851-0550
Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada - Boa Esperança – MG
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DATA	DEPARTAMENTO/ SEÇÃO SOLICITANTE
11/10/2024	Seção de Patrimônio e Material

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO

Nome: Thiago Figueiredo Naves Morais
E-mail: almoxarifado@saae.boaesperanca.mg.gov.br

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de tubos e conexões, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

Item	Und	Cód	Descrição	Qtd
1.	PÇ	1493	Abraçadeira de aço inox para reparos de vazamento e união de tubos de 108/118	20
2.	PÇ	1284	Abraçadeira de aço inox para reparos de vazamento e união de tubos de 150/162.	20
3.	UND	330	Abraçadeira de aço inox p/reparo de vazamento e união de tubos de 78/88.	20
4.	PÇ	911	Abraçadeira de aço inox p/reparo de vazamento e união de tubos de 98/108.	20
5.	UND	3065	Adaptador de compressão rosca fêmea (RF) DE 20mm x 1/2, fabricado de acordo com a norma NBR 9798 da ABNT.	5.000
6.	UND	3066	Adaptador de compressão rosca macho (RM) DE 20mm x 1/2, fabricado de acordo com a norma NBR 9798 da ABNT.	2.000
7.	PÇ	1494	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca DE-85x3.	30
8.	PÇ	331	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca ø 20mmx1/2.	3.000
9.	PÇ	332	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca ø 25mm.	100
10.	PÇ	333	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca ø 32mm.	100
11.	PÇ	334	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca ø 40mm.	100
12.	PÇ	335	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca ø 50mm x 1/2.	100

13.	PCÇ	336	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca \varnothing 60mm.	100
14.	PCÇ	2998	Adaptador em pvc curto com bolsa e rosca DE-75 x 2.	50
15.	UND	3068	Adaptador para ligação de ramal predial com registro e cabeça quadrada em PVC $\frac{3}{4}$ x 20mm, fabricado de acordo com a norma NBR 979- 98 da ABNT.	5.000
16.	UND	4087	Adaptador soldável com flanges, 32mm.	20
17.	UND	4088	Adaptador soldável com flanges, 40mm.	20
18.	UND	4089	Adaptador soldável com flanges, 50mm.	20
19.	UND	619	Adesivo plástico incolor bisnaga 75 gramas.	50
20.	UND	329	Adesivo plástico incolor conteúdo 175 gramas.	2.000
21.	PCÇ	340	Arruela de vedação para tubete de 1/2, cor branca.	3.500
22.	PCÇ	4830	Bucha de redução 2 x 1/2 x 2 galvanizado.	20
23.	PCÇ	352	Bucha de redução BR. com rosca \varnothing 3/4x1/2.	300
24.	PCÇ	342	Bucha de redução curta soldável \varnothing 25x20mm.	100
25.	PCÇ	344	Bucha de redução curta soldável \varnothing 32x25mm.	100
26.	UND	4135	Bucha de redução curta soldável \varnothing 40x20mm.	100
27.	PCÇ	345	Bucha de redução curta soldável \varnothing 40x32mm.	100
28.	PCÇ	1369	Bucha de redução curta soldável \varnothing 50x40mm.	100
29.	UND	6508	Bucha de Redução Galvanizada 4x2" Características mínimas: Material: Ferro maleável preto, normas ABNT NBR 6590, ISSO 5922 e EM 1542; Rosca: Em conformidade com as especificações das normas NBR NM ISO 7-1; Roscas de acoplamento: conforme ABNT NBR 8133 e ISO 228;	15
30.	PCÇ	343	Bucha de redução longa pvc soldável \varnothing 32x20mm.	100
31.	PCÇ	349	Bucha de redução longa pvc soldável \varnothing 60x50mm.	100
32.	PCÇ	350	Bucha de redução longa pvc soldável \varnothing 85x60mm.	100
33.	PCÇ	814	Bucha de redução longa soldavel \varnothing 110x60mm.	50
34.	PCÇ	628	Bucha de redução longa soldavel \varnothing 50x20mm.	50
35.	PCÇ	346	Bucha de redução longa soldavel \varnothing 50x32mm.	50

36.	PÇ	347	Bucha de redução longa soldavel ø 60x32mm.	50
37.	PÇ	348	Bucha de redução longa soldavel ø 60x40mm.	50
38.	PÇ	1051	Bucha de redução pvc curta soldavel ø 75x60mm.	50
39.	PÇ	759	Bucha de redução pvc soldável ø 85x75mm.	50
40.	UND	100	Cano galvanizado de 1/2 c/rosca dos dois lados, comp. O,50 cm.	100
41.	UND	903	Cano galvanizado de 3/4, barra c/06 metros.	20
42.	PÇ	354	Cap em pvc soldavel ø 20mm.	300
43.	PÇ	355	Cap em pvc soldavel ø 25mm.	100
44.	PÇ	356	Cap em pvc soldavel ø 32mm.	100
45.	PÇ	357	Cap em pvc soldavel ø 40mm.	100
46.	PÇ	358	Cap em pvc soldavel ø 50mm.	100
47.	PÇ	359	Cap em pvc soldavel ø 60mm.	100
48.	PÇ	658	Cap pvc PBA JE DN100 DE-110.	50
49.	UND	1188	Colar de tomada em ffº c/anel DN-100x3/4 e parafuso c/rosca sem fim.	100
50.	UND	5995	Colar de tomada em ffº c/anel DN-150x3/4. e parafuso c/rosca sem fim.	100
51.	UND	4131	Colar de tomada em ffº c/anel DN-200x3/4 e parafuso c/rosca sem fim.	50
52.	PÇ	372	Colar de tomada em ffº c/anel DN-300x3/4 e parafuso c/rosca sem fim.	50
53.	PÇ	605	Colar de tomada em ffº c/anel DN-60x3/4 e parafuso c/rosca sem fim.	100
54.	UND	2375	Colar de tomada em ffº c/anel DN-75x3/4 e parafuso c/rosca sem fim.	100
55.	PÇ	360	Colar de tomada em pvc c/trava e anel DE- 32x3/4.	300
56.	PÇ	361	Colar de tomada em pvc c/trava e anel DE- 40x3/4.	300
57.	PÇ	362	Colar de tomada em pvc c/trava e anel DE- 50x3/4.	300
58.	PÇ	363	Colar de tomada em pvc c/trava e anel DE- 60x3/4.	450
59.	PÇ	772	Curva 45º curta em pvc soldavel ø 85mm.	100
60.	PÇ	689	Curva 45º em pvc soldavel ø 50mm.	100
61.	PÇ	373	Curva 45º em pvc soldavel ø 60mm.	100

62.	PCÇ	380	Curva 90° em pvc soldável DN-100 DE-110mm.	20
63.	PCÇ	375	Curva 90° em pvc soldavel ø 25mm.	50
64.	PCÇ	376	Curva 90° em pvc soldavel ø 32mm.	50
65.	PCÇ	377	Curva 90° em pvc soldavel ø 40mm.	50
66.	PCÇ	378	Curva 90° em pvc soldavel ø 50mm.	50
67.	PCÇ	379	Curva longa 90° em pvc soldavel ø 60mm.	50
68.	PCÇ	4832	Curva 90° galvanizada de 2 x 1/2	20
69.	PCÇ	1012	Curva longa 90° pvc PB JEI DN-75 - DE-85.	20
70.	UND	6413	Curva longa galvanizada 90° - 2 polegadas	20
71.	UND	5746	Curva PVC PBA Ponta Bolsa JE DN 75mm DE 85mm x 45° c/ anel	50
72.	UND	467	Fita veda rosca med. 18x50 metros. (cod.5100734).	2.000
73.	UND	388	Hidrômetro taquimétrico, multijato, transmissão magnética, com conexões metálicas. Dotado de blindagem contra campos magnéticos externos, sendo esta com tratamento anti-corrosivo, classe metrológica B, vazão máxima (Qmax.) de 1,5m³/h, vazão nominal (Qn) de 0,75m³/h, diâmetro (DN) de 1/2, comprimento 165mm, relojoaria em policarbonato com mostrador inclinado a 45° , orientável sem a necessidade do uso de ferramentas, com limitador de giro menor que 360°, carcaça em liga de latão com mínimo de 60% de cobre, com pintura epóxi, parafuso de lacração em latão. Obs.: Os medidores deverão ser entregues com laudo de teste/aferição de bancada. Os medidores deverão vir com logomarca do Saae.	1.000
74.	PCÇ	396	Joelho 90° em pvc LR ø 32x25mm	50
75.	PCÇ	399	Joelho 90°. em pvc LR. ø 32mm.	100
76.	UND	784	Joelho 90° em pvc com bucha de latão ø 20mm x 1/2.	200
77.	PCÇ	389	Joelho 90°. em pvc LL. sold. ø 20mm.	5.000
78.	PCÇ	390	Joelho 90°. em pvc LL. sold. ø 25mm.	200
79.	PCÇ	5387	Joelho 45° em pvc soldavel ø 60mm.	100
80.	PCÇ	1191	Joelho 45° pvc soldavel ø 110mm.	30
81.	PCÇ	1180	Joelho 45° pvc soldável ø 75mm.	50
82.	PCÇ	1181	Joelho 45° pvc soldavel ø 85mm.	50

83.	UND	3069	Joelho 90° adaptador de compressão rosca fêmea em pp 20 x 1/2 (PEAD)	5.000
84.	PÇ	4235	Joelho 90° em PVC com bucha de latão ø 25mm x 1/2	100
85.	PÇ	395	Joelho 90° em pvc LL sold. ø 25x20mm.	100
86.	PÇ	394	Joelho 90° em pvc LL. sold. ø 60mm.	50
87.	PÇ	391	Joelho 90°. em pvc LL. sold. ø 32mm.	100
88.	PÇ	392	Joelho 90°. em pvc LL. sold. ø 40mm.	100
89.	PÇ	393	Joelho 90°. em pvc LL sold. ø 50mm.	100
90.	PÇ	398	Joelho 90°. em pvc LR. ø 25mm.	50
91.	PÇ	985	Joelho 90° em pvc soldavel ø 75mm.	30
92.	UND	792	Joelho 90° galvanizado com rosca interna de 1/2.	500
93.	PÇ	1054	Junção 45° PVC PBA DN-100.	30
94.	UND	4913	Junta Gibault - DN 200 mm - L = 40 cm Junta Gibault em ffº dúctil composto com parafusos e porca em aço c/ galvanização eletrolítica (zincado), c/ anel de borracha conf. NBR - 7675 DN - 200 L= 40 cm	50
95.	UND	4525	Junta Gibault - DN 300 mm - L = 40 cm	50
96.	PÇ	1068	Junta gibault em ffº c/anel DN-150, altura 20cm.	30
97.	UND	4346	Junta gibault - L = 40 cm - DN 350 mm - PN 16	20
98.	PÇ	401	Junta gibault em ffº dúctil composto com parafusos e porca em aço c/ galvanização eletrolítica (zincado), c/anel de borracha conf. NBR-7675 DN-200 altura 20cm Junta gibault em ffº dúctil composto com parafusos e porca em aço c/ galvanização eletrolítica (zincado), c/anel de borracha conf. NBR-7675 DN-200 L= 20cm.	20
99.	PÇ	432	Junta gibault em ffº dúctil composto com parafusos e porca em aço c/ galvanização eletrolítica (zincado), c/anel de borracha conf. NBR-7675 DN-150 altura 20cm	20
100.	PÇ	1151	Junta gibault em ffº dúctil composto com parafusos e porca em aço c/ galvanização eletrolítica (zincado), c/anel de borracha conf. NBR-7675) DN-100 /altura 20cm / L=16c	20
101.	PÇ	989	Lacre antifraude em polipropileno, para hidrômetros ø 1/2, tipo engate rápido, com trava lateral cor vermelha.	10.000
102.	UND	5432	Luva de correr vinilfer JEI defofo DN-100.(NBR-7665).	30
103.	PÇ	438	Luva de correr vinilfer JEI defofo DN-150.(NBR-7665).	30
104.	PÇ	1311	Luva de correr vinilfer JEI defofo DN-200.(NBR-7665)	30

105.	PÇ	460	Luva de correr vinilfer JEI defofo DN-250 NBR7665.	30
106.	PÇ	1053	Luva de correr vinilfer JEI defofo DN-300.(NBR7665).	100
107.	PÇ	4234	Luva em PVC com bucha de latão de 25 mm	50
108.	PÇ	413	Luva em pvc LL soldável DE-110mm.NBR-5647	150
109.	PÇ	405	Luva em pvc LL soldável ø 20 mm.(NBR-5648)	5.000
110.	PÇ	406	Luva em pvc LL soldável ø 25 mm.(NBR-5648)	1.000
111.	PÇ	407	Luva em pvc LL soldável ø 32mm.(NBR-5648)	500
112.	PÇ	408	Luva em pvc LL soldável ø 40mm(NBR-5648).	500
113.	PÇ	409	Luva em pvc LL soldável ø 50mm.(NBR-5648)	500
114.	PÇ	410	Luva em pvc LL soldável ø 60mm.(NBR-5648).	500
115.	PÇ	411	Luva em pvc LL soldável ø 75mm.NBR-5647.	250
116.	PÇ	412	Luva em pvc LL soldável ø 85 mm.NBR-5647	250
117.	UND	3928	Luva em pvc LR com bucha de latão de 1/2	4.000
118.	PÇ	418	Luva em pvc soldável e rosca LR ø 20 mm.	5.000
119.	PÇ	419	Luva em pvc soldável e rosca LR ø 25 mm.	200
120.	PÇ	4827	Luva galvanizada de 2 x 1/2	50
121.	PÇ	4527	Luva LR 50 x ø1.1/2 PVC	50
122.	PÇ	417	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-110 (NBR5647).	200
123.	PÇ	770	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-200.(NBR5647)	50
124.	PÇ	3924	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-20	100
125.	UND	3925	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE- 25	300
126.	UND	3926	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE - 32	350
127.	PÇ	404	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-40.(NBR-5648)	300
128.	PÇ	1251	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-50.(NBR-5647)	300
129.	PÇ	414	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-60.(NBR-5647).	350
130.	PÇ	415	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-75(NBR-5648).	200

131.	PÇ	416	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold DE-85.(NBR-5647)	200
132.	UND	8271	Niple 3/4 BR	50
133.	UND	10077	Niple BR 1	50
134.	UND	19748	NIPLE BR 1/2	50
135.	PÇ	424	Niple BR c/rosca ø 32 mm.	50
136.	UND	376	Niple galvanizado 1 1/4	50
137.	UND	3851	Niple galvanizado 1	50
138.	UND	36767	NIPLE GALVANIZADO 2.1/2	50
139.	PÇ	7034	Niple galvanizado de ½	50
140.	PÇ	1347	Niple galvanizado longo de 1.	50
141.	PÇ	747	Niple galvanizado longo de 1/2.	50
142.	PÇ	662	Niple galvanizado longo de 2.	50
143.	PÇ	4531	Niple rosca ø 1.1/2 – PVC	50
144.	UND	1871	Pasta lubrificante para tubos em bisnaga 400G.	1.000
145.	PÇ	428	Porca de metal p/tubete de 1.	2.000
146.	PÇ	1374	Registro de esfera em pvc soldável com união DE-60.	500
147.	PÇ	436	Registro de esfera em pvc soldável com união ø 25mm.	300
148.	PÇ	984	Registro de esfera em pvc soldável com união ø 40mm.	300
149.	PÇ	800	Registro de esfera em pvc soldavel c/união DE-50.	300
150.	PÇ	437	Registro de esfera em pvc soldável c/união ø 32mm.	350
151.	UND	3070	Registro de esfera macho/fêmea, borboleta, em latão ½, classe de pressão mínima PN 10, corpo em latão com banho de cromo ou aço inox, sedes e vedação da haste em PTFE (teflon), passagem reduzida, extremidades com rosca BS	5.000
152.	PÇ	434	Registro de gaveta com volante de 1 1/2.	05
153.	PÇ	1499	Registro de gaveta com volante - DN 250	02
154.	UND	3407	Registro de gaveta com volante flange/flange, PN10 - DN150	02
155.	PÇ	2374	Registro de gaveta com volante -JEI - DN 200	02

156.	PÇ	5082	Registro de gaveta, com 26 cm de largura, em ff° c/ flange e volante PN-16 DN-200 haste em bonze	02
157.	PÇ	5083	Registro de gaveta, com 26 cm de largura, em ff° c/flange e volante PN-16 DN-300 com haste em bronze	02
158.	PÇ	1262	Registro de gaveta em metal de 1/2.	10
159.	PÇ	539	Registro de gaveta em metal de 1.	10
160.	PÇ	1263	Registro de gaveta em metal de 3/4.	10
161.	PÇ	1233	Registro de gaveta em metal de 4.	10
162.	PÇ	4236	Registro de pressão de 3/4 com canopla	02
163.	UND	788	Registro de pressão em metal fluxo invertido de 1/2.	02
164.	PÇ	1497	Registro chato em ff° c/flange e volante PN-10 DN-150.	02
165.	PÇ	1498	Registro chato em ff° c/flange e volante PN-10 DN-200.	02
166.	PÇ	487	Registro de gaveta em ff° c/flange e volante PN-10 DN-300.	02
167.	PÇ	1101	Registro de gaveta em ff° c/flanges e volante PN-10 DN-100.	02
168.	UND	5999	Registro PN-16 DN 150 34,5cm	02
169.	UND	5998	Registro PN-16 DN 200 40cm	02
170.	PÇ	447	Te em pvc sold. DN 100 - DE 110	30
171.	PÇ	439	Te em pvc sold. ø 20 x 20mm.	500
172.	PÇ	440	Te em pvc sold. ø 25 x 25mm.	300
173.	PÇ	441	Te em pvc sold. ø 32 x 32mm.	200
174.	PÇ	442	Te em pvc sold. ø 40 x 40mm.	200
175.	PÇ	443	Te em PVC. sold. ø 50 x 50mm.	200
176.	PÇ	444	Te em pvc sold. ø 60 x 60mm.	200
177.	PÇ	445	Te em pvc sold. ø 75 x 75mm.	100
178.	PÇ	446	Te em pvc sold. ø 85 x 85mm.	100
179.	PÇ	6009	Tubete em metal para conexões de hidrômetro 1/2 DN 15, ABNT 8194	2.000
180.	PÇ	383	Tubete em pvc sold. ø 20mm.	300
181.	RL	1370	Tubo pvc PEAD CL.1.0 MPa para água azul ø 20mm, rolo c/100 metros.	100

182.	BR	760	Tubo defofo CL 0,75 Mpa JEI DN-150, barra c/06 metros.(NBR-7665)	30
183.	UND	4308	Tubo defofo Cl.1.6 Mpa JEI DN-350, barra c/06 metros.(NBR-7665)	20
184.	BR	5431	Tubo defofo Cl.1 Mpa JEI DN-100, barra c/06 metros.(NBR-7665)	30
185.	BR	1371	Tubo defofo Cl.1 Mpa JEI DN-200, barra c/06 metros.(NBR-7665)	30
186.	BR	448	Tubo defofo Cl.1 Mpa JEI DN-250, barra c/06 metros.(NBR-7665)	30
187.	BR	1055	Tubo defofo Cl. 1 Mpa JEI DN-300, barra c/06 metros.(NBR-7665)	50
188.	BR	5200	Tubo defofo Cl. 1 Mpa JEI DN-400, barra c/06 metros.(NBR-7665)	21
189.	BR	2113	Tubo defofo Cl.1 Mpa JEI DN-350, barra c/06 metros.(NBR-7665)	10
190.	BR	1176	Tubo em pvc JEI Cl.15 DE-75, barra c/06 metros.(NBR-5647).	50
191.	BR	459	Tubo em pvc JEI Cl.15 DE-85, barra c/06 metros.NBR-5647)	50
192.	BR	1372	Tubo em pvc JEI Cl.15 DN-100, barra c/06 metros.NBR-5647.	100
193.	BR	452	Tubo em pvc soldável Cl.15 DE-20mm, barra c/06 metros.(NBR-5648)	800
194.	BR	453	Tubo em pvc soldável Cl.15 DE-25mm, barra c/06 metros.(NBR-5648).	500
195.	BR	454	Tubo em pvc soldável Cl.15 DE-32mm, barra c/06 metros.(NBR-5648)	300
196.	BR	456	Tubo em pvc soldável Cl.15 DE-50mm, barra c/06 metros.(NBR-5648)	200
197.	BR	457	Tubo em pvc soldável Cl.15 DE-60mm, barra c/06 metros.(NBR-5648).	300
198.	BR	455	Tubo em pvc soldável Cl.15 ø 40mm, barra c/06 metros.(NBR5648).	200
199.	BR	458	Tubo em pvc soldável Cl.15 ø 75mm, barra c/06 metros.	100
200.	BR	5385	Tubo em pvc soldável Cl.20 DE-50mm, barra c/06 metros. (NBR-5648)	50
201.	BR	5386	Tubo em pvc soldável Cl.20 DE-60mm, barra c/06 metros. (NBR-5648).	50
202.	UND	6565	União de compressão 75mm tubo PEAD	50
203.	PÇ	461	União em pvc sold. ø 25mm.	50
204.	PÇ	462	União em pvc sold. ø 60mm.	50
205.	PÇ	861	União multidimensional DN-150x100.	20
206.	PÇ	806	União multidimensional DN-200x150.	20
207.	UND	38219	UNIAO PVC 20 MM	30

208.	UND	38220	UNIAO PVC 32 MM	30
209.	UND	38221	UNIAO PVC 40 MM	30
210.	UND	38222	UNIAO PVC 50 MM	30
211.	UND	6416	Valvula de Retenção - 2 polegadas	10
212.	UND	6443	Válvula de retenção de bronze de 2 polegadas	10
213.	PÇ	1295	Válvula de retenção horizontal portinhola única c/flanges PN-10 DN-300.	02
214.	UND	43250	Válvula de retenção horizontal portinhola única de 50cm, flangeada - DN 200 - PN 10	02
215.	UND	5275	HIDRÔMETRO UNIJATO Taquimétrico com transmissão magnética com mecanismo redutor / totalizador secos (Portaria 246 - INMETRO) CLASSE METROLÓGICA B VAZÃO MÁXIMA (Q _{máx}) 1,5 m ³ / h VAZÃO NOMINAL (Q _n) 0,75 m ³ / h VAZÃO MÍNIMA (Q _m) 0,15 m ³ / h DIÂMETRO ½ ERRO MÁXIMO(campo superior) ± 2% ERRO MÁXIMO (campo inferior) ± 5% BLINDAGEM MAGNÉTICA RELOJOARIA SECA INCLINADA de 45° ORIENTÁVEL ATÉ 360° LEITURA NO MOSTRADOR Max. de 9999 m ³ LACRE INMETRO CARÇAÇA EM LIGA METÁLICA, COM NO MÍNIMO 60% DE COBRE CÚPULA TRANSPARENTE, INJETADA EM POLICARBONATO, COM PROTEÇÃO ÀS RADIAÇÕES COM TAMPAS INJETADAS EM POLIPROPILENO OU SIMILAR; PORCA (2) E TUBETE (2) INCLUSOS PVC Obs.: Os medidores deverão ser entregues com laudo de teste/afirmação de bancada. Os medidores deverão vir com logomarca do Saae.	200
216.	UND	5113	Valvula de retenção portinhola dupla 300mm Válvula retenção tipo wafer para montagem entre flanges ANSI ou DIN – classe 150Lbs. Instalação horizontal / vertical. Corpo e disco (portinholas) em F ^o F ^o nodular, aço carbono WCB, Bronze ou Aço Inox. Eixos em aço inox AISI 410 / 304 / 316 e mola em aço inox AISI 302. Sede de Vedação: EPDM, BUNA-N, VITON, SILICONE, HYPALON e outras, vulcanizada no corpo. Construção conforme API-594.	02
217.	UND	43286	Válvula de retenção horizontal portinhola dupla 300mm PN - 16	02
218.	UND	5973	CAP 75 MM Cap em PVC soldável 75mm.	50
219.	PÇ	43292	Colar de tomada em ff ^o c/anel DN-125x3/4 e parafuso c/rosca sem fim.	50
220.	PÇ	43293	Luva rosca RR 3/4 x ½	1.000

221.	PÇ	43294	Luva rosca RR ½	1.000
222.	UND	43285	Válvula de retenção horizontal portinhola dupla 300mm PN – 10	02
223.	PÇ	374	Curva 90° em pvc soldavel ø 20mm.	100
224.	PÇ	886	Cap coletor cor ocre JEI DN-100.	50
225.	PÇ	1539	Cap coletor cor ocre JEI DN-150.	50
226.	PÇ	1544	Cap coletor cor ocre JEI DN-200.	20
227.	PÇ	1442	Cap em pvc br p/esgoto DN -100.	30
228.	PÇ	899	Curva curta 45° PBA c/anel p/tubo coletor ocre DN-100.	100
229.	PÇ	1420	Curva curta 45° PB br. p/esgoto DN-100.	100
230.	PÇ	1017	Curva longa 45° PVC PB br. DN-100.	100
231.	PÇ	901	Curva longa 45° c/anel p/tubo coletor de esgoto cor ocre DN-100.	100
232.	PÇ	955	Curva longa 90° BB c/anel p/tubo coletor ocre DN-150.	20
233.	PÇ	805	Curva longa 90° BB c/anel p/tubo coletor ocre p/esgoto DN-100.	50
234.	PÇ	314	Curva longa 90° PB br. DN-100.	50
235.	PÇ	4231	Joelho 45° em PVC soldável BR 40mm	50
236.	PÇ	317	Joelho 90° em pvc sold. br. p/esgoto DN-100mm.	100
237.	PÇ	315	Joelho 90°. em pvc sold. br. p/esgôto ø 40mm.	30
238.	UND	900	Joelho 90° em pvc sold. de reduçao p/esgoto br. DN-100 x 50.	20
239.	PÇ	1301	Junção 45° em pvc sold. br. p/esgoto DN-100.	20
240.	PÇ	1491	Luva de correr BBA c/anel p/tubo coletor ocre DN-100.	150
241.	PÇ	1069	Joelho 90° p/tubo coletor esgoto cor ocre DN-100.	50
242.	PÇ	1540	Curva longa 90° BB JEI p/tubo coletor ocre DN-300mm.	05
243.	PÇ	1404	Luva de correr JEI p/tubo coletor ocre DN-150.	50
244.	PÇ	403	Luva de correr JEI p/tubo coletor ocre DN-200.	20
245.	PÇ	1542	Luva de correr JEI p/tubo coletor ocre DN-250.	10
246.	PÇ	1405	Luva de correr JEI p/tubo coletor ocre DN-300.	10

247.	PÇ	319	Luva correr BBA c/anel br. p/esgoto DN-100.	50
248.	PÇ	320	Luva pvc sold. br. p/esgoto DN-100.	50
249.	PÇ	2168	Te BBA c/anel p/tubo coletor ocre DN-100 x 100.	30
250.	PÇ	1009	Redução excentrica PB br. p/esgoto DN-150x100.	100
251.	PÇ	2140	Redução excêntrica PB p/tubo coletor ocre DN-150x100.	100
252.	UND	3927	Redução excêntrica PB p/tubo coletor ocre DN-200x150	100
253.	UND	2851	Tampão de ferro fundido para PV, articulado, DN 600 , carga 12 toneladas.	200
254.	PÇ	761	Tampão DN-600 - DE-730 para 40 toneladas, articulado em ferro dúctil ou nodular c/anel anti ruído em polietileno de acordo NBR-10160 de 2005 e suas alterações posteriores	200
255.	PÇ	2221	Tampão DN-800 DE-950 40 toneladas, articulado em ferro dúctil ou nodular, com anel anti ruído em polietileno de acordo NBR-1016 60 de 2005 e suas posteriores alterações.	100
256.	BR	791	Tubo coletor ocre JEI DN-100. barra c/06 metros. (NBR-7362)	500
257.	BR	148	Tubo coletor cor ocre JEI DN-250 barra c/06 metros. (NBR-7362)	30
258.	BR	954	Tubo coletor ocre JEI DN-150, barra c/06 metros. (NBR-7362).-	200
259.	BR	1320	Tubo coletor ocre JEI DN-200, barra c/06 metros.(NBR-7362)	30
260.	BR	1246	Tubo coletor ocre JEI DN-300, barra c/06 metros.(NBR-7362)	20
261.	BR	328	Tubo pvc PB. p/esgoto br. DN-100, barra c/06 metros.(NBR-5688).	50

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Da Contratação:

1.3.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, da Lei 14.133/21, sendo este substituído por nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

2. DOS LOTES

2.1 - Na presente contratação os itens não serão agrupados em lotes.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A presente contratação se justifica pela necessidade de abastecimento de estoque de materiais destinados à manutenção diária do SAAE.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da participação de consórcios:

4.1.1 - Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

4.2 Da Subcontratação:

4.2.1 - Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

4.3 Da Sustentabilidade:

4.3.1 - Não serão exigidos critérios de sustentabilidade na presente contratação.

4.4 Da indicação de marcas ou modelos:

4.4.1 Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, apenas marcas de referência.

4.5 Da vedação de utilização de marca ou modelo:

4.5.1 Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

4.6 Da exigência de carta de solidariedade:

4.6.1 Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

4.7 Da Garantia da Contratação:

4.7.1 Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

4.8 Condições e especificações da garantia do produto (fabricante, garantia legal ou garantia convencional), da manutenção e da assistência técnica:

4.8.1 Será aplicada ao produto/bem, somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis); (90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento definitivo do produto.

4.8.1.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.8.1.2. Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja superior ao estabelecido nesta cláusula, prevalecerá o prazo da garantia do fabricante.

4.8.1.3. As garantias legal e contratual não se sobrepõem, devendo os seus prazos serem somados.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ – 18.781.070/0001-90 Insc. Est. Isento

Autarquia Municipal telefax: (35) 3851-0550

Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada - Boa Esperança – MG

4.8.1.4 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos/materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.8.1.5 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.8.1.6 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.8.1.7 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.8.1.8 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 dias úteis, contados a partir da retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.8.1.9 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.8.1.10 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.8.1.11 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.8.1.12 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.8.1.13 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.12. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.12.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **procedimento licitatório nº 338/2024, Modalidade Pregão para Registro de Preços nº 53/2024, sob a forma ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ÍTEM**, conforme art. 33, da Lei 14.133/21.

9.13. Dos critérios da aceitabilidade da proposta:

9.13.2. A proposta comercial deverá ser inserida no sistema eletrônico, em campo próprio e conter minimamente as seguintes informações:

9.13.2.1. Descrição completa e detalhada dos itens propostos, incluindo marca ofertada;

9.13.2.2. Valor unitário dos itens e valor total para todo o período, incluídos as despesas tais como: impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem sobre o fornecimento;

9.13.2.3. Validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do instrumento convocatório.

9.13.2.4. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

9.13.3. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

9.13.3.1. O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

9.13.4. Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas que:

9.13.4.1. Contiverem vícios insanáveis;

9.13.4.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

9.13.4.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

9.13.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.13.4.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

9.13.5. Da Prova de Conceito (PoC):

9.13.5.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta **contratação**.

9.14. Da Qualificação técnico-operacional e técnico-profissional:

5.3.1. Um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

10. EXECUÇÃO DO OBJETO

10.12. Prazo de Entrega:

10.12.2. O prazo de entrega do objeto é de até:

- 45 (quarenta e cinco) dias para os itens de ferro fundido e hidrômetros.

- 30 (trinta) dias para os demais itens.

Contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única.

10.12.3. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento da autarquia, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.13. Do Local e Horário de Entrega:

10.13.2. Os materiais deverão ser entregues no almoxarifado do SAAE, localizado na Rua Galena, 239, Jardim Alvorada, CEP: 37.170-000, no horário de 07:30 às 10:30 e das 13:15 às 15:45.

10.13.3. Caso o fornecedor necessite entrar em contato com o responsável pelo almoxarifado do SAAE, Sr. Thiago Figueiredo Naves Moraes, o mesmo poderá entrar em contato através do telefone (35) 3851-0550.

10.14. Das Condições de Recebimento:

10.14.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta.

- 10.14.3. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.
- 10.14.4. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciado equipamentos e mão-de-obra necessária.
- 10.14.5. O recebimento/aprovação do (s) produto (s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078, de 1990.
- 10.14.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 10.14.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, notificando-se ao fornecedor para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 10.14.8. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 10.14.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 05 dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 11.12. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o fiscal do contrato dará ciência ao Contratado, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas, determinando prazo para a correção.

11.15. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.15.2. Caberão ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

11.16. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

11.18. O Contratante reserva-se ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações deste termo de referência, do instrumento convocatório e de seus anexos, e da proposta comercial do Contratado.

11.19. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

11.20. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

12.12. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante.

12.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.13.2. O prazo de validade;

12.13.3. A data da emissão;

12.13.4. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

12.13.5. O período respectivo de execução do contrato;

12.13.6. O valor a pagar; e

12.13.7. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

12.15. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.16. O pagamento será efetuado através de depósito em conta, no banco que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega do material e liquidação da nota de empenho, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

12.17. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

12.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.19. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.20. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

13.12. Do Contratante:

13.12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

13.12.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.12.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

13.12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

- 13.12.6. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
- 13.12.7. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.12.8. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 13.12.9. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
- 13.12.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 13.12.11. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 13.12.12. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 13.12.13. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

13.13. Do Contratado:

- 13.13.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 13.13.2.1. Entregar, quando solicitado, o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 13.13.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;
- 13.13.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 13.13.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 13.13.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou

incorrções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;

13.13.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.13.2.7. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;

13.13.2.8. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

13.13.2.9. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

13.13.2.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;

13.13.2.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

13.13.2.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

13.13.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.13.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.13.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.13.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 13.13.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 13.13.2.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 13.13.2.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 13.13.2.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 13.13.2.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 13.13.2.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.12. O Contratado que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 14.133, de 2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções dispostas no seu art. 156, sendo observados ainda, quando couber, o disposto nos arts. 157 a 163 da mesma Lei.
- 14.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental ao processo de contratação ou ao processo de execução contratual que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.
- 14.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.15. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.
- 14.16. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
- 14.17. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ – 18.781.070/0001-90 Insc. Est. Isento

Autarquia Municipal telefax: (35) 3851-0550

Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada - Boa Esperança – MG

2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade do Contratado deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, observadas ainda as disposições contidas no art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.12. - O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, tendo em vista que o orçamento sigiloso busca a assimetria de informações trazendo consigo a vantagem econômica na contratação.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.12. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento 2024 em vigor, aprovado em Lei 5873/2023 de 23 de novembro de 2023.

16.12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações: 17.512.0101.6004.3.3.90.30.00, 17.512.0101.6005.3.3.90.30.00.

16.13. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Boa Esperança, 11 de outubro de 2024.

Elaborado por

Thiago Figueiredo Naves Moraes - Chefe da Seção de Patrimônio e Material do SAAE



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ – 18.781.070/0001-90 Insc. Est. Isento

Autarquia Municipal telefax: (35) 3851-0550

Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada - Boa Esperança – MG

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/ 2024 PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/ 2024

Aos __ dias de _____ de 2024, autorizado pelo ato de autuação do processo de Pregão Eletrônico nº ____/2024, expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 5.051 de 10 de março de 2023, que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 18.781.070/0001-90, com sede administrativa à Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada, Município de Boa Esperança/MG, aqui representada pelo Diretor Superintendente, Sr. William Carvalho Oliveira, doravante denominado simplesmente SAAE; e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida à _____, nº. ____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de __, neste ato representada por seu _____, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº. _____, doravante denominada simplesmente DETENTORA DA ATA.

A presente ata é originária da licitação modalidade PREGÃO, e tem sua fundamentação legal no Decreto Municipal nº. 5051/2023 e na Lei Federal nº. 14.133/21.

1. DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento o registro de preços para fornecimento futuro e parcelado de tubos e conexões, destinados a necessidade do SAAE.

2. DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Item	Und	Cód	Descrição	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
1.	PÇ	1493	Abraçadeira de aço inox para reparos de vazamento e união de tubos de 108/118	20		
2.	PÇ	1284	Abraçadeira de aço inox para reparos de vazamento e união de tubos de 150/162.	20		
3.	UND	330	Abraçadeira de aço inox p/reparo de vazamento e união de tubos de 78/88.	20		
4.	PÇ	911	Abraçadeira de aço inox p/reparo de vazamento e união de tubos de 98/108.	20		
5.	UND	3065	Adaptador de compressão rosca fêmea (RF) DE 20mm x 1/2, fabricado de acordo com a norma NBR 9798 da ABNT.	5.000		
6.	UND	3066	Adaptador de compressão rosca macho (RM) DE 20mm x 1/2, fabricado de	2.000		

			acordo com a norma NBR 9798 da ABNT.			
7.	PÇ	1494	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca DE-85x3.	30		
8.	PÇ	331	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca ϕ 20mmx1/2.	3.000		
9.	PÇ	332	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca ϕ 25mm.	100		
10.	PÇ	333	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca ϕ 32mm.	100		
11.	PÇ	334	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca ϕ 40mm.	100		
12.	PÇ	335	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca ϕ 50mm x 1/2.	100		
13.	PÇ	336	Adaptador em pvc curto c/bolsa e rosca ϕ 60mm.	100		
14.	PÇ	2998	Adaptador em pvc curto com bolsa e rosca DE-75 x 2.	50		
15.	UND	3068	Adaptador para ligação de ramal predial com registro e cabeça quadrada em PVC $\frac{3}{4}$ x 20mm, fabricado de acordo com a norma NBR 979- 98 da ABNT.	5.000		
16.	UND	4087	Adaptador soldável com flanges, 32mm.	20		
17.	UND	4088	Adaptador soldável com flanges, 40mm.	20		
18.	UND	4089	Adaptador soldável com flanges, 50mm.	20		
19.	UND	619	Adesivo plástico incolor bisnaga 75 gramas.	50		
20.	UND	329	Adesivo plástico incolor conteúdo 175 gramas.	2.000		
21.	PÇ	340	Arruela de vedação para tubete de 1/2, cor branca.	3.500		
22.	PÇ	4830	Bucha de redução 2 x 1/2 x 2 galvanizado.	20		
23.	PÇ	352	Bucha de redução BR. com rosca ϕ 3/4x1/2.	300		
24.	PÇ	342	Bucha de redução curta soldável ϕ 25x20mm.	100		
25.	PÇ	344	Bucha de redução curta soldável ϕ 32x25mm.	100		
26.	UND	4135	Bucha de redução curta soldável ϕ 40x20mm.	100		
27.	PÇ	345	Bucha de redução curta soldável ϕ 40x32mm.	100		
28.	PÇ	1369	Bucha de redução curta soldável ϕ 50x40mm.	100		
29.	UND	6508	Bucha de Redução Galvanizada 4x2" Características mínimas:	15		

			Material: Ferro maleável preto, normas ABNT NBR 6590, ISSO 5922 e EM 1542; Rosca: Em conformidade com as especificações das normas NBR NM ISO 7-1; Roscas de acoplamento: conforme ABNT NBR 8133 e ISO 228;			
30.	PÇ	343	Bucha de redução longa pvc soldável ø 32x20mm.	100		
31.	PÇ	349	Bucha de redução longa pvc soldável ø 60x50mm.	100		
32.	PÇ	350	Bucha de redução longa pvc soldável ø 85x60mm.	100		
33.	PÇ	814	Bucha de redução longa soldavel ø 110x60mm.	50		
34.	PÇ	628	Bucha de redução longa soldavel ø 50x20mm.	50		
35.	PÇ	346	Bucha de redução longa soldavel ø 50x32mm.	50		
36.	PÇ	347	Bucha de redução longa soldavel ø 60x32mm.	50		
37.	PÇ	348	Bucha de redução longa soldavel ø 60x40mm.	50		
38.	PÇ	1051	Bucha de redução pvc curta soldavel ø 75x60mm.	50		
39.	PÇ	759	Bucha de redução pvc soldável ø 85x75mm.	50		
40.	UND	100	Cano galvanizado de 1/2 c/rosca dos dois lados, comp. O,50 cm.	100		
41.	UND	903	Cano galvanizado de 3/4, barra c/06 metros.	20		
42.	PÇ	354	Cap em pvc soldavel ø 20mm.	300		
43.	PÇ	355	Cap em pvc soldavel ø 25mm.	100		
44.	PÇ	356	Cap em pvc soldavel ø 32mm.	100		
45.	PÇ	357	Cap em pvc soldavel ø 40mm.	100		
46.	PÇ	358	Cap em pvc soldavel ø 50mm.	100		
47.	PÇ	359	Cap em pvc soldavel ø 60mm.	100		
48.	PÇ	658	Cap pvc PBA JE DN100 DE-110.	50		
49.	UND	1188	Colar de tomada em fº c/anel DN-100x3/4 e parafuso c/rosca sem fim.	100		
50.	UND	5995	Colar de tomada em fº c/anel DN-150x3/4. e parafuso c/rosca sem fim.	100		
51.	UND	4131	Colar de tomada em fº c/anel DN-200x3/4 e parafuso c/rosca sem fim.	50		

52.	PÇ	372	Colar de tomada em ffº c/anel DN-300x3/4 e parafuso c/rosca sem fim.	50		
53.	PÇ	605	Colar de tomada em ffº c/anel DN-60x3/4 e parafuso c/rosca sem fim.	100		
54.	UND	2375	Colar de tomada em ffº c/anel DN-75x3/4 e parafuso c/rosca sem fim.	100		
55.	PÇ	360	Colar de tomada em pvc c/trava e anel DE- 32x3/4.	300		
56.	PÇ	361	Colar de tomada em pvc c/trava e anel DE- 40x3/4.	300		
57.	PÇ	362	Colar de tomada em pvc c/trava e anel DE- 50x3/4.	300		
58.	PÇ	363	Colar de tomada em pvc c/trava e anel DE- 60x3/4.	450		
59.	PÇ	772	Curva 45º curta em pvc soldavel ø 85mm.	100		
60.	PÇ	689	Curva 45º em pvc soldavel ø 50mm.	100		
61.	PÇ	373	Curva 45º em pvc soldavel ø 60mm.	100		
62.	PÇ	380	Curva 90º em pvc soldável DN-100 DE-110mm.	20		
63.	PÇ	375	Curva 90º em pvc soldavel ø 25mm.	50		
64.	PÇ	376	Curva 90º em pvc soldavel ø 32mm.	50		
65.	PÇ	377	Curva 90º em pvc soldavel ø 40mm.	50		
66.	PÇ	378	Curva 90º em pvc soldavel ø 50mm.	50		
67.	PÇ	379	Curva longa 90º em pvc soldavel ø 60mm.	50		
68.	PÇ	4832	Curva 90º galvanizada de 2 x 1/2	20		
69.	PÇ	1012	Curva longa 90º pvc PB JEI DN-75 - DE-85.	20		
70.	UND	6413	Curva longa galvanizada 90º - 2 polegadas	20		
71.	UND	5746	Curva PVC PBA Ponta Bolsa JE DN 75mm DE 85mm x 45º c/ anel	50		
72.	UND	467	Fita veda rosca med. 18x50 metros. (cod.5100734).	2.000		
73.	UND	388	Hidrômetro taquimétrico, multijato, transmissão magnética, com conexões metálicas. Dotado de blindagem contra campos magnéticos externos, sendo esta com tratamento anti-corrosivo, classe metrológica B, vazão máxima (Qmax.) de 1,5m³/h, vazão nominal (Qn) de 0,75m³/h, diâmetro (DN) de 1/2, comprimento 165mm, relojoaria em	1.000		

			policarbonato com mostrador inclinado a 45° , orientável sem a necessidade do uso de ferramentas, com limitador de giro menor que 360°, carcaça em liga de latão com mínimo de 60% de cobre, com pintura epóxi, parafuso de lacração em latão. Obs.: Os medidores deverão ser entregues com laudo de teste/aferição de bancada. Os medidores deverão vir com logomarca do Saae.			
74.	PCÇ	396	Joelho 90° em pvc LR ø 32x25mm	50		
75.	PCÇ	399	Joelho 90°. em pvc LR. ø 32mm.	100		
76.	UND	784	Joelho 90° em pvc com bucha de latão ø 20mm x 1/2.	200		
77.	PCÇ	389	Joelho 90°. em pvc LL. sold. ø 20mm.	5.000		
78.	PCÇ	390	Joelho 90°. em pvc LL. sold. ø 25mm.	200		
79.	PCÇ	5387	Joelho 45° em pvc soldavel ø 60mm.	100		
80.	PCÇ	1191	Joelho 45° pvc soldavel ø 110mm.	30		
81.	PCÇ	1180	Joelho 45° pvc soldável ø 75mm.	50		
82.	PCÇ	1181	Joelho 45° pvc soldavel ø 85mm.	50		
83.	UND	3069	Joelho 90° adaptador de compressão rosca fêmea em pp 20 x ½ (PEAD)	5.000		
84.	PCÇ	4235	Joelho 90° em PVC com bucha de latão ø 25mm x 1/2	100		
85.	PCÇ	395	Joelho 90° em pvc LL sold. ø 25x20mm.	100		
86.	PCÇ	394	Joelho 90° em pvc LL. sold. ø 60mm.	50		
87.	PCÇ	391	Joelho 90°. em pvc LL. sold. ø 32mm.	100		
88.	PCÇ	392	Joelho 90°. em pvc LL. sold. ø 40mm.	100		
89.	PCÇ	393	Joelho 90°. em pvc LL sold. ø 50mm.	100		
90.	PCÇ	398	Joelho 90°. em pvc LR. ø 25mm.	50		
91.	PCÇ	985	Joelho 90° em pvc soldavel ø 75mm.	30		
92.	UND	792	Joelho 90° galvanizado com rosca interna de 1/2.	500		
93.	PCÇ	1054	Junção 45° PVC PBA DN-100.	30		
94.	UND	4913	Junta Gibault - DN 200 mm - L = 40 cm	50		

			Junta Gibault em ffº dúctil composto com parafusos e porca em aço c/ galvanização eletrolítica (zincado), c/ anel de borracha conf. NBR - 7675 DN - 200 L= 40 cm			
95.	UND	4525	Junta Gibault - DN 300 mm - L = 40 cm	50		
96.	PÇ	1068	Junta gibault em ffº c/anel DN-150, altura 20cm.	30		
97.	UND	4346	Junta gibault - L = 40 cm - DN 350 mm - PN 16	20		
98.	PÇ	401	Junta gibault em ffº dúctil composto com parafusos e porca em aço c/ galvanização eletrolítica (zincado), c/anel de borracha conf. NBR-7675 DN-200 altura 20cm Junta gibault em ffº dúctil composto com parafusos e porca em aço c/ galvanização eletrolítica (zincado), c/anel de borracha conf. NBR-7675 DN-200 L= 20cm.	20		
99.	PÇ	432	Junta gibault em ffº dúctil composto com parafusos e porca em aço c/ galvanização eletrolítica (zincado), c/anel de borracha conf. NBR-7675 DN-150 altura 20cm	20		
100.	PÇ	1151	Junta gibault em ffº dúctil composto com parafusos e porca em aço c/ galvanização eletrolítica (zincado, c/anel de borracha conf. NBR-7675) DN-100 /altura 20cm / L=16c	20		
101.	PÇ	989	Lacre antifraude em polipropileno, para hidrômetros ø 1/2, tipo engate rápido, com trava lateral cor vermelha.	10.000		
102.	UND	5432	Luva de correr vinilfer JEI defofo DN-100.(NBR-7665).	30		
103.	PÇ	438	Luva de correr vinilfer JEI defofo DN-150.(NBR-7665).	30		
104.	PÇ	1311	Luva de correr vinilfer JEI defofo DN-200.(NBR-7665)	30		
105.	PÇ	460	Luva de correr vinilfer JEI defofo DN-250 NBR7665.	30		
106.	PÇ	1053	Luva de correr vinilfer JEI defofo DN-300.(NBR7665).	100		
107.	PÇ	4234	Luva em PVC com bucha de latão de 25 mm	50		
108.	PÇ	413	Luva em pvc LL soldável DE-110mm.NBR-5647	150		
109.	PÇ	405	Luva em pvc LL soldável ø 20 mm.(NBR-5648)	5.000		
110.	PÇ	406	Luva em pvc LL soldável ø 25 mm.(NBR-5648)	1.000		
111.	PÇ	407	Luva em pvc LL soldável ø 32mm.(NBR-5648)	500		
112.	PÇ	408	Luva em pvc LL soldável ø 40mm(NBR-5648).	500		

113.	PÇ	409	Luva em pvc LL soldável ϕ 50mm.(NBR-5648)	500		
114.	PÇ	410	Luva em pvc LL soldável ϕ 60mm.(NBR-5648).	500		
115.	PÇ	411	Luva em pvc LL soldável ϕ 75mm.NBR-5647.	250		
116.	PÇ	412	Luva em pvc LL soldável ϕ 85 mm.NBR-5647	250		
117.	UND	3928	Luva em pvc LR com bucha de latão de 1/2	4.000		
118.	PÇ	418	Luva em pvc soldável e rosca LR ϕ 20 mm.	5.000		
119.	PÇ	419	Luva em pvc soldável e rosca LR ϕ 25 mm.	200		
120.	PÇ	4827	Luva galvanizada de 2 x 1/2	50		
121.	PÇ	4527	Luva LR 50 x ϕ 1.1/2 PVC	50		
122.	PÇ	417	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-110 (NBR5647).	200		
123.	PÇ	770	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-200.(NBR5647)	50		
124.	PÇ	3924	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-20	100		
125.	UND	3925	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE- 25	300		
126.	UND	3926	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE - 32	350		
127.	PÇ	404	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-40.(NBR-5648)	300		
128.	PÇ	1251	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-50.(NBR-5647)	300		
129.	PÇ	414	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-60.(NBR-5647).	350		
130.	PÇ	415	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold. DE-75(NBR-5648).	200		
131.	PÇ	416	Luva pvc BBA correr c/anel p/tubos sold DE-85.(NBR-5647)	200		
132.	UND	8271	Niple 3/4 BR	50		
133.	UND	10077	Niple BR 1	50		
134.	UND	19748	NIPLE BR 1/2	50		
135.	PÇ	424	Niple BR c/rosca ϕ 32 mm.	50		
136.	UND	376	Niple galvanizado 1 1/4	50		
137.	UND	3851	Niple galvanizado 1	50		
138.	UND	36767	NIPLE GALVANIZADO 2.1/2	50		

139.	PÇ	7034	Niple galvanizado de ½	50		
140.	PÇ	1347	Niple galvanizado longo de 1.	50		
141.	PÇ	747	Niple galvanizado longo de 1/2.	50		
142.	PÇ	662	Niple galvanizado longo de 2.	50		
143.	PÇ	4531	Niple rosca ø 1.1/2 – PVC	50		
144.	UND	1871	Pasta lubrificante para tubos em bisnaga 400G.	1.000		
145.	PÇ	428	Porca de metal p/tubete de 1.	2.000		
146.	PÇ	1374	Registro de esfera em pvc soldável com união DE-60.	500		
147.	PÇ	436	Registro de esfera em pvc soldável com união ø 25mm.	300		
148.	PÇ	984	Registro de esfera em pvc soldável com união ø 40mm.	300		
149.	PÇ	800	Registro de esfera em pvc soldavel c/união DE-50.	300		
150.	PÇ	437	Registro de esfera em pvc soldável c/união ø 32mm.	350		
151.	UND	3070	Registro de esfera macho/fêmea, borboleta, em latão ½, classe de pressão mínima PN 10, corpo em latão com banho de cromo ou aço inox, sedes e vedação da haste em PTFE (teflon), passagem reduzida, extremidades com rosca BS	5.000		
152.	PÇ	434	Registro de gaveta com volante de 1 1/2.	05		
153.	PÇ	1499	Registro de gaveta com volante - DN 250	02		
154.	UND	3407	Registro de gaveta com volante flange/flange, PN10 - DN150	02		
155.	PÇ	2374	Registro de gaveta com volante -JEI - DN 200	02		
156.	PÇ	5082	Registro de gaveta, com 26 cm de largura, em ff° c/ flange e volante PN-16 DN-200 haste em bonze	02		
157.	PÇ	5083	Registro de gaveta, com 26 cm de largura, em ff° c/flange e volante PN-16 DN-300 com haste em bronze	02		
158.	PÇ	1262	Registro de gaveta em metal de 1/2.	10		
159.	PÇ	539	Registro de gaveta em metal de 1.	10		
160.	PÇ	1263	Registro de gaveta em metal de 3/4.	10		

161.	PÇ	1233	Registro de gaveta em metal de 4.	10		
162.	PÇ	4236	Registro de pressão de 3/4 com canopla	02		
163.	UND	788	Registro de pressão em metal fluxo invertido de 1/2.	02		
164.	PÇ	1497	Registro chato em ffº c/flange e volante PN-10 DN-150.	02		
165.	PÇ	1498	Registro chato em ffº c/flange e volante PN-10 DN-200.	02		
166.	PÇ	487	Registro de gaveta em ffº c/flange e volante PN-10 DN-300.	02		
167.	PÇ	1101	Registro de gaveta em ffº c/flanges e volante PN-10 DN-100.	02		
168.	UND	5999	Registro PN-16 DN 150 34,5cm	02		
169.	UND	5998	Registro PN-16 DN 200 40cm	02		
170.	PÇ	447	Te em pvc sold. DN 100 - DE 110	30		
171.	PÇ	439	Te em pvc sold. ø 20 x 20mm.	500		
172.	PÇ	440	Te em pvc sold. ø 25 x 25mm.	300		
173.	PÇ	441	Te em pvc sold. ø 32 x 32mm.	200		
174.	PÇ	442	Te em pvc sold. ø 40 x 40mm.	200		
175.	PÇ	443	Te em PVC. sold. ø 50 x 50mm.	200		
176.	PÇ	444	Te em pvc sold. ø 60 x 60mm.	200		
177.	PÇ	445	Te em pvc sold. ø 75 x 75mm.	100		
178.	PÇ	446	Te em pvc sold. ø 85 x 85mm.	100		
179.	PÇ	6009	Tubete em metal para conexões de hidrômetro 1/2 DN 15, ABNT 8194	2.000		
180.	PÇ	383	Tubete em pvc sold. ø 20mm.	300		
181.	RL	1370	Tubo pvc PEAD CL.1.0 MPa para água azul ø 20mm, rolo c/100 metros.	100		
182.	BR	760	Tubo defofo CL 0,75 Mpa JEI DN-150, barra c/06 metros.(NBR-7665)	30		
183.	UND	4308	Tubo defofo Cl.1.6 Mpa JEI DN-350, barra c/06 metros.(NBR-7665)	20		
184.	BR	5431	Tubo defofo Cl.1 Mpa JEI DN-100, barra c/06 metros.(NBR-7665)	30		
185.	BR	1371	Tubo defofo Cl.1 Mpa JEI DN-200, barra c/06 metros.(NBR-7665)	30		
186.	BR	448	Tubo defofo Cl.1 Mpa JEI DN-250, barra c/06 metros.(NBR-7665)	30		

187.	BR	1055	Tubo defofo Cl. I Mpa JEI DN-300, barra c/06 metros.(NBR-7665)	50		
188.	BR	5200	Tubo defofo Cl. I Mpa JEI DN-400, barra c/06 metros.(NBR-7665)	21		
189.	BR	2113	Tubo defofo Cl. I Mpa JEI DN-350, barra c/06 metros.(NBR-7665)	10		
190.	BR	1176	Tubo em pvc JEI Cl.15 DE-75, barra c/06 metros.(NBR-5647).	50		
191.	BR	459	Tubo em pvc JEI Cl.15 DE-85, barra c/06 metros.NBR-5647)	50		
192.	BR	1372	Tubo em pvc JEI Cl.15 DN-100, barra c/06 metros.NBR-5647.	100		
193.	BR	452	Tubo em pvc soldável Cl.15 DE-20mm, barra c/06 metros.(NBR-5648)	800		
194.	BR	453	Tubo em pvc soldável Cl.15 DE-25mm, barra c/06 metros.(NBR-5648).	500		
195.	BR	454	Tubo em pvc soldável Cl.15 DE-32mm, barra c/06 metros.(NBR-5648)	300		
196.	BR	456	Tubo em pvc soldável Cl.15 DE-50mm, barra c/06 metros.(NBR-5648)	200		
197.	BR	457	Tubo em pvc soldável Cl.15 DE-60mm, barra c/06 metros.(NBR-5648).	300		
198.	BR	455	Tubo em pvc soldável Cl.15 ø 40mm, barra c/06 metros.(NBR5648).	200		
199.	BR	458	Tubo em pvc soldável Cl.15 ø 75mm, barra c/06 metros.	100		
200.	BR	5385	Tubo em pvc soldável Cl.20 DE-50mm, barra c/06 metros. (NBR-5648)	50		
201.	BR	5386	Tubo em pvc soldável Cl.20 DE-60mm, barra c/06 metros. (NBR-5648).	50		
202.	UND	6565	União de compressão 75mm tubo PEAD	50		
203.	PÇ	461	União em pvc sold. ø 25mm.	50		
204.	PÇ	462	União em pvc sold. ø 60mm.	50		
205.	PÇ	861	União multidimensional DN-150x100.	20		
206.	PÇ	806	União multidimensional DN-200x150.	20		
207.	UND	38219	UNIAO PVC 20 MM	30		
208.	UND	38220	UNIAO PVC 32 MM	30		
209.	UND	38221	UNIAO PVC 40 MM	30		
210.	UND	38222	UNIAO PVC 50 MM	30		
211.	UND	6416	Valvula de Retenção - 2 polegadas	10		
212.	UND	6443	Válvula de retenção de bronze de 2 polegadas	10		

213.	PÇ	1295	Válvula de retenção horizontal portinhola única c/flanges PN-10 DN-300.	02		
214.	UND	43250	Válvula de retenção horizontal portinhola única de 50cm, flangeada - DN 200 - PN 10	02		
215.	UND	5275	<p>HIDRÔMETRO UNIJATO Taquimétrico com transmissão magnética com mecanismo redutor / totalizador secos (Portaria 246 - INMETRO) CLASSE METROLÓGICA B VAZÃO MÁXIMA (Q_{máx}) 1,5 m³ / h VAZÃO NOMINAL (Q_n) 0,75 m³ / h VAZÃO MÍNIMA (Q_m) 0,15 m³ / h DIÂMETRO ½ ERRO MÁXIMO(campo superior) ± 2% ERRO MÁXIMO (campo inferior) ± 5% BLINDAGEM MAGNÉTICA RELOJOARIA SECA INCLINADA de 45° ORIENTÁVEL ATÉ 360° LEITURA NO MOSTRADOR Max. de 9999 m³ LACRE INMETRO CARÇAÇA EM LIGA METÁLICA, COM NO MÍNIMO 60% DE COBRE CÚPULA TRANSPARENTE, INJETADA EM POLICARBONATO, COM PROTEÇÃO ÀS RADIAÇÕES COM TAMPA INJETADA EM POLIPROPILENO OU SIMILAR; PORCA (2) E TUBETE (2) INCLUSOS PVC Obs.: Os medidores deverão ser entregues com laudo de teste/aferição de bancada. Os medidores deverão vir com logomarca do Saae.</p>	200		
216.	UND	5113	<p>Valvula de retenção portinhola dupla 300mm Válvula retenção tipo wafer para montagem entre flanges ANSI ou DIN – classe 150Lbs.</p> <p>Instalação horizontal / vertical.</p> <p>Corpo e disco (portinholas) em F°F° nodular, aço carbono WCB, Bronze ou Aço Inox.</p> <p>Eixos em aço inox AISI 410 / 304 / 316 e mola em aço inox AISI 302.</p> <p>Sede de Vedação: EPDM, BUNA-N, VITON, SILICONE, HYPALON e outras, vulcanizada no corpo.</p> <p>Construção conforme API-594.</p>	02		

217.	UND	43286	Válvula de retenção horizontal portinhola dupla 300mm PN - 16	02		
218.	UND	5973	CAP 75 MM Cap em PVC soldável 75mm.	50		
219.	PÇ	43292	Colar de tomada em fº c/anel DN-125x3/4 e parafuso c/rosca sem fim.	50		
220.	PÇ	43293	Luva rosca RR 3/4 x 1/2	1.000		
221.	PÇ	43294	Luva rosca RR 1/2	1.000		
222.	UND	43285	Válvula de retenção horizontal portinhola dupla 300mm PN – 10	02		
223.	PÇ	374	Curva 90° em pvc soldavel ø 20mm.	100		
224.	PÇ	886	Cap coletor cor ocre JEI DN-100.	50		
225.	PÇ	1539	Cap coletor cor ocre JEI DN-150.	50		
226.	PÇ	1544	Cap coletor cor ocre JEI DN-200.	20		
227.	PÇ	1442	Cap em pvc br p/esgoto DN -100.	30		
228.	PÇ	899	Curva curta 45° PBA c/anel p/tubo coletor ocre DN-100.	100		
229.	PÇ	1420	Curva curta 45° PB br. p/esgoto DN-100.	100		
230.	PÇ	1017	Curva longa 45° PVC PB br. DN-100.	100		
231.	PÇ	901	Curva longa 45° c/anel p/tubo coletor de esgoto cor ocre DN-100.	100		
232.	PÇ	955	Curva longa 90° BB c/anel p/tubo coletor ocre DN-150.	20		
233.	PÇ	805	Curva longa 90° BB c/anel p/tubo coletor ocre p/esgoto DN-100.	50		
234.	PÇ	314	Curva longa 90° PB br. DN-100.	50		
235.	PÇ	4231	Joelho 45° em PVC soldável BR 40mm	50		
236.	PÇ	317	Joelho 90° em pvc sold. br. p/esgoto DN-100mm.	100		
237.	PÇ	315	Joelho 90°. em pvc sold. br. p/esgôto ø 40mm.	30		
238.	UND	900	Joelho 90° em pvc sold. de reduçao p/esgoto br. DN-100 x 50.	20		
239.	PÇ	1301	Junção 45° em pvc sold. br. p/esgoto DN-100.	20		
240.	PÇ	1491	Luva de correr BBA c/anel p/tubo coletor ocre DN-100.	150		
241.	PÇ	1069	Joelho 90° p/tubo coletor esgoto cor ocre DN-100.	50		
242.	PÇ	1540	Curva longa 90° BB JEI p/tubo coletor ocre DN-300mm.	05		

243.	PÇ	1404	Luva de correr JEI p/tubo coletor ocre DN-150.	50		
244.	PÇ	403	Luva de correr JEI p/tubo coletor ocre DN-200.	20		
245.	PÇ	1542	Luva de correr JEI p/tubo coletor ocre DN-250.	10		
246.	PÇ	1405	Luva de correr JEI p/tubo coletor ocre DN-300.	10		
247.	PÇ	319	Luva correr BBA c/anel br. p/esgoto DN-100.	50		
248.	PÇ	320	Luva pvc sold. br. p/esgoto DN-100.	50		
249.	PÇ	2168	Te BBA c/anel p/tubo coletor ocre DN-100 x 100.	30		
250.	PÇ	1009	Redução excentrica PB br. p/esgoto DN-150x100.	100		
251.	PÇ	2140	Redução excêntrica PB p/tubo coletor ocre DN-150x100.	100		
252.	UND	3927	Redução excêntrica PB p/tubo coletor ocre DN-200x150	100		
253.	UND	2851	Tampão de ferro fundido para PV, articulado, DN 600 , carga 12 toneladas.	200		
254.	PÇ	761	Tampão DN-600 - DE-730 para 40 toneladas, articulado em ferro dúctil ou nodular c/anel anti ruído em polietileno de acordo NBR-10160 de 2005 e suas alterações posteriores	200		
255.	PÇ	2221	Tampão DN-800 DE-950 40 toneladas, articulado em ferro dúctil ou nodular, com anel anti ruído em polietileno de acordo NBR-1016 60 de 2005 e suas posteriores alterações.	100		
256.	BR	791	Tubo coletor ocre JEI DN-100. barra c/06 metros. (NBR-7362)	500		
257.	BR	148	Tubo coletor cor ocre JEI DN-250 barra c/06 metros. (NBR-7362)	30		
258.	BR	954	Tubo coletor ocre JEI DN-150, barra c/06 metros. (NBR-7362).-	200		
259.	BR	1320	Tubo coletor ocre JEI DN-200, barra c/06 metros.(NBR-7362)	30		
260.	BR	1246	Tubo coletor ocre JEI DN-300, barra c/06 metros.(NBR-7362)	20		
261.	BR	328	Tubo pvc PB. p/esgoto br. DN-100, barra c/06 metros.(NBR-5688).	50		

3. DA ENTREGA, DA GARANTIA E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

3.1 Prazo de Entrega:

3.1.1 O prazo de entrega do objeto é de até:

- 45 (quarenta e cinco) dias para os itens de ferro fundido e hidrômetros.

- 30 (trinta) dias para os demais itens.

Contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única.

3.1.2 Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento da autarquia, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 Do Local e Horário de Entrega:

3.2.1 O material solicitado deverá ser entregue no local indicado pelo SAAE, sendo que a entrega antes ou após este horário não será recebida pelo SAAE, sendo o mesmo isento de qualquer responsabilidade sobre os custos incidentes sobre o transporte em desconformidade com o disposto neste Termo de Referência.

3.3 Das Condições de Recebimento:

3.3.1 O descarregamento e o transporte ficarão a cargo do fornecedor, devendo ser providenciado equipamentos e mão-de-obra necessária.

3.3.2 O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078, de 1990.

3.3.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, notificando-se ao fornecedor para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.3.4 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

3.4 O SAAE não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima do objeto, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1- A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2- Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.3- Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.1- Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2- Mantiverem sua proposta original.

4.3- Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.4- O registro a que se refere o item 4.5 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.5- Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.6.1- Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital; e

4.6.2- Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.7- O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8- Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10- A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11- Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12- Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.5, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1- Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2- Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13- A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1- Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2- Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3- Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1- No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2- No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1- Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1- Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2- Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3- Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4- Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2- Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1- Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2- Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3- Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4- Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5- Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6- O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1- As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2- O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1- De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2- De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3- O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4- Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5- Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6- Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7- Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8- CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1- O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1- Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2- Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3- Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4- Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1- Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3- Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4- O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1- Por razão de interesse público;

8.4.2- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3- Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1- O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ – 18.781.070/0001-90 Insc. Est. Isento

Autarquia Municipal telefax: (35) 3851-0550

Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada - Boa Esperança – MG

9.1.1- As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2- É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3- O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1- As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega, recebimento e pagamento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

10.2- No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

William Carvalho Oliveira
Diretor Superintendente SAAE

CONTRATADA
Representante Legal